



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682339 - SC (2021/0232252-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : D DA S T (INTERNADO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de D DA S T em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5019426-09.2020.8.24.0020).

Consta dos autos que ao paciente foi aplicada medida socioeducativa de internação, observado o limite de 3 anos, em razão da prática de ato infracional análogo ao crime do artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante alega que não estão presentes os requisitos previstos no art. 122 do ECA a fim de justificar a imposição da medida extrema.

Salienta que a decisão que decretou a internação carece de motivação idônea.

Aduz, ademais, que *"ao conferir tratamento mais gravoso ao adolescente do que aquele que seria dado a um adulto, o acórdão impugnado violou os dispositivos acima mencionados, que consagram a garantia fundamental ao adolescente de não ser responsabilizado de forma mais severa que um adulto"* (e-STJ fl. 8).

Argumenta, por derradeiro, que são aplicáveis ao caso outras medidas mais adequadas, destacando que *"a medida socioeducativa da liberdade assistida está prevista nos arts. 118 e 119 do ECA e constitui, sem dúvida, a principal medida de cunho eminentemente pedagógico, pois, sem que o adolescente em conflito com a lei perca a sua liberdade, o submete à construção de um verdadeiro projeto de vida permeado pela liberdade, voluntariedade, senso de responsabilidade e controle do poder público"* (e-STJ fl. 9).

Requer, liminarmente, seja suspenso o trâmite processual na origem, a fim de obstar o trânsito em julgado da condenação. No mérito, postula a concessão da ordem, reconhecendo-se a nulidade do processo para adequar a medida imposta ao paciente a outra mais branda, preferencialmente em meio aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Extrai-se do acórdão impugnado (e-STJ fls. 350-351):

[...]

No mais, o presente recurso limita-se a questionar a medida privativa de liberdade aplicada na sentença,

argumentando a defesa que seria descabida e que o adolescente não registra condenações definitivas pela prática de atos infracionais anteriores ao presente fato.

A medida socioeducativa de internação, por importar na privação da liberdade do adolescente, deve ser aplicada como última providência, observando-se os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, conforme disposição expressa no art. 121 do ECA, bem como no art. 227, § 3º, V, da Constituição Federal.

Tal medida somente pode ser aplicada quando o adolescente incide nas hipóteses previstas no art. 122 da Lei n. 8.069/90, ou seja, quando o ato infracional é cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração na prática de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta.

Ademais, o § 1º do art. 112 do ECA dispõe que "a medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração".

Com isso, voltando a atenção para o caso, é fácil perceber como de rigor a aplicação da medida socioeducativa de internação para a reeducação do ora apelante. Conquanto o tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de internação (Súmula n. 492 do STJ), justifica-se a medida pelo fato de o apelante reiterar no cometimento de infrações graves (art. 122, II, do ECA).

Como bem salientado pelo magistrado a quo, o histórico infracional do apelante revela o alto grau de intimidade com o tráfico de drogas, respondendo a outros procedimentos pela prática do mesmo ato infracional, sendo três registros próximos à datado fato (1, 3 e 4) e, posteriores, mais quatro infrações descritas (6, 7, 8 e 9). No total são sete procedimentos instaurados para apurar o envolvimento do apelante com a prática de atos infracionais relacionados ao tráfico, demonstrando que a conduta descrita na representação não se trata de um fato isolado na sua vida, vindo a praticar, sucessivamente, infrações de natureza grave, o que só reforça sua personalidade desvirtuada.

Anote-se, por oportuno, que, conforme a mais moderna compreensão do Superior Tribunal de Justiça, não se exige o trânsito em julgado de eventual medida socioeducativa anteriormente aplicada para configurar a reiteração de ato infracional previsto no art. 122, II, do ECA. (STJ, AgRg no HC 633.694/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 23/03/2021).

Resta, pois, presente a necessidade de manutenção

da internação, não só para obstar a reiteração da conduta em questão, salvaguardando-se a ordem pública, mas especialmente para garantir a possibilidade de recuperação do jovem, não alcançada até o momento.

Assim, tendo em vista que as condutas do adolescente o levaram a um convívio social prejudicial e danoso, justifica-se a adoção da medida de internação, por fim, também, para distanciar-lo da criminalidade e para dar uma atenção especial da intervenção estatal com uma medida pedagógica mais eficaz à sua reintegração à sociedade.

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer parcialmente do recurso e negar-lhe provimento.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência